

A Formação de Enfermeiras/os em Portugal (Décadas de 40 a 80 do Séc. XX)

António Gomes Ferreira e Helder Manuel Guerra Henriques

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,
Universidade de Coimbra
GRUPOEDE, CEIS20, UC, antonio@fpce.uc.pt

Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação
GRUPOEDE, CEIS20, UC, henriqueshelder@gmail.com

Resumo

O propósito deste trabalho consiste na caracterização e análise do ensino da enfermagem em Portugal, entre as décadas de 40 e 80 da centúria de novecentos. Pretendemos discutir a formação destes atores, em conexão com o Estado e a Sociedade, a partir do papel definidor das Escolas de Enfermagem. Este texto abordará essencialmente os processos de recrutamento das/os enfermeiras/os portugueses como um importante momento de definição da identidade profissional das/os enfermeiras/os. Utilizaremos o exemplo da Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias (1948), no arco temporal previsto.

Palavras-chave: Formação; Recrutamento; Enfermagem; Profissão

Abstract

The aim of this work is to characterize and analyze the nursing teaching in Portugal, between the decades of 40 and 80 from the twentieth century. We want to discuss the roles of these actors, in closer connection between the State and Society, from the defining role of Nursing Schools. This text will focus essentially on the process of recruiting Portuguese nurses as an important moment to define the professional identity of nurses. We will use the example of Castelo Branco Nursing School/ Dr. Lopes Dias (1948), in foreseen timing.

Keywords: Formation; Recruitment; Nursing; Profession

Introdução

O Historiador da Educação deve procurar analisar toda a atividade educativa, elemento essencial para a compreensão da existência humana, sem cair, ele próprio, nos circuitos educativos propostos exclusivamente, por exemplo, pelo Estado. O dever do Historiador da Educação é o da constante procura, da reconceptualização do que outrora já foi referido ou mesmo o dever de encontrar novos caminhos capazes de trazer vitalidade ao domínio científico, de modo a contribuir “para a expansão de espaços de memória, enriquecedores de uma sociedade que se quer educativa” (Felgueiras, 2006: 58).

A História da Educação não tem dado a devida importância às instituições escolares de saúde e aos processos de construção dos domínios profissionais consequentes. É o caso das escolas de enfermagem portuguesas que têm sido secundarizadas pela historiografia da educação. Estas instituições assumiram um importante papel enquanto elementos produtores de uma identidade profissional com um determinado grau de autonomia. A formação de enfermeiras/os permite a análise de políticas educativas, lógicas organizacionais, saberes mobilizados ou princípios axiológicos que circularam principalmente entre as escolas de enfermagem, o Estado e a Sociedade. É a partir deste triângulo dialético que emergem a seguintes questões de partida:

Qual a importância das escolas de enfermagem na construção de uma identidade profissional? Que papel assumiu o Estado no que diz respeito às escolas de enfermagem? E quanto ao processo de recrutamento dos enfermeiros? Em suma, na perspectiva de uma lógica credencialista, como se caracteriza a formação de enfermeiras/os em Portugal, entre as décadas de 40 e 80 do século XX?

Na sequência deste conjunto de questões-chave assumimos que este trabalho encontra o seu fundamento junto da História e da Sociologia das Profissões (Freidson, 1986; Abbott, 1988;

Macdonald, 1999; Rodrigues, 1997; Silva, 2008; Henriques, 2012) e junto de alguns estudos produzidos pelas/os próprias/os enfermeiras/os (Soares, 1997; Abreu, 2001; Escobar, 2004; Amendoeira, 2006). As fontes documentais caracterizam-se essencialmente pelos documentos legais, entrevistas¹ e pela documentação de arquivo recolhida numa instituição escolar de enfermagem. Utilizamos uma abordagem sociohistórica que permite um olhar plural e dialético sobre o objeto de estudo identificado previamente.

As Escolas de Enfermagem constituem a base de um grupo que ao longo de décadas pretendeu adquirir o estatuto de especialista. Os processos formativos constituíram um elemento central na produção de um domínio profissional próprio da enfermagem. Assim, o conceito de formação deve ser interpretado em articulação com o conceito de profissão. É a partir dos processos formativos, inicialmente nas instituições escolares, que se desenvolvem os mecanismos de acreditação dos futuros grupos profissionais. A formação encontra uma relação de proximidade com a ideia de profissão uma vez que constitui, em si mesmo, o enquadramento conceptual de fundo da produção de identidades profissionais coletivas. A formação dos diferentes sujeitos deve ser interpretada como um processo dinâmico, variável e influenciável no espaço e no tempo. Por isso é relevante discutirmos o papel das escolas de enfermagem no que respeita ao processo de emergência e consolidação do grupo e da sua identidade socioprofissional onde, de acordo com Rui Canário, “se articulam aspetos de natureza biográfica e relacional” (2000: 137).

Ancorado ao que acabamos de referir encontra-se o conceito de credencialismo. Este conceito assume centralidade uma vez que se articula com um conjunto de normativas e disposições legais provenientes do Estado e que influenciaram as instituições escolares e as identidades produzidas a partir das mesmas. O credencialismo constitui uma fonte de poder profissional que assume importância nos processos de seleção e acreditação dos indivíduos que pretendem integrar um determinado grupo socioprofissional (Freidson, 1986; Rodrigues, 1997). Neste cenário, o Estado apresenta-se como um elemento ativo e dinâmico no interior do processo de filtragem dos futuros elementos dos grupos da responsabilidade das instituições escolares. A construção identitária dos grupos profissionais é amplamente influenciada por este processo de seleção promovido pelas escolas.

O recrutamento constitui um elemento que deve ser amplamente estudado uma vez que estes processos influenciam decisivamente a construção identitária dos grupos e o grau de autonomia que possuem. De acordo com Eliot Freidson (1986: 63) um grupo que se pretende especialista numa determinada tarefa deve “ser capaz de controlar o número de pessoas que entram no comportamento concorrencial dos seus próprios membros” de modo a equilibrar as entradas e saídas do grupo e a controlar os conhecimentos e as tarefas que definem o próprio grupo e a sua importância para a sociedade. Assim, o credencialismo pode ser interpretado como um processo que permite dominar o acesso a determinados conhecimentos e posições profissionais e constitui o fundamento legal do grupo, uma vez que é a partir deste processo de seleção que os sujeitos podem adquirir uma licença ou um mandato específico que permite o exercício, em regra monopolista, de uma determinada tarefa (Hughes, 1958: 131 e segs.).

Este processo verificou-se no caso da enfermagem portuguesa. A partir da década de 40 da centúria de novecentos a intervenção do Estado, do ponto de vista legal, possibilitou às escolas de

¹ As entrevistas foram realizadas no âmbito da tese de doutoramento “Formação, Sociedade e Identidade Profissional dos Enfermeiros: A Escola de Enfermagem de Castelo Branco (1948-1988)”, realizada no contexto da Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação do professor doutor António Gomes Ferreira, e podem ser encontradas no CD Anexo à tese.

enfermagem a regulação e o controlo sobre os processos de recrutamento e a exclusividade da atribuição de um diploma específico: o de enfermeira/o. Tomando como exemplo o caso da Escola de Enfermagem de Castelo Branco, fundada em 1948 pelo médico José Lopes Dias, analisamos o papel credencialista das escolas de enfermagem na construção de um grupo em emergência desde o final do século XIX.

1. As escolas de enfermagem: o recrutamento e as habilitações literárias (décadas de 40 a 80)

Na década de 40 o Estado interveio na organização do ensino e do exercício da enfermagem portuguesa. Promoveu as escolas de enfermagem, responsabilizando-as pelo recrutamento das/os candidatas/os a enfermeiras/os, mediante um conjunto de condições que colocou na época. A questão central prende-se com dois aspetos essenciais. Por um lado, o recrutamento do público escolar atribuindo a preferência ao género feminino e, por outro lado, a questão do comportamento moral e a importância das qualidades físicas que os candidatos deveriam possuir. O acompanhamento deste processo de recrutamento era realizado por outro grupo profissional: os médicos. A Enfermagem assumia uma posição subalterna e de submissão perante o Estado e o grupo dos médicos, dificultando a construção de uma identidade profissional forte e autónoma.

O Decreto-Lei nº 32612 de 31 de Dezembro de 1942 é considerado, por alguns autores, como um instrumento de uniformização e controlo das escolas de enfermagem (Soares, 1997: 45). O preâmbulo deste Decreto-Lei evidencia a importância que o Estado deu ao problema da falta de organização da enfermagem. Este instrumento legal constituiu um mecanismo de afirmação para a enfermagem portuguesa uma vez que permitiu aprofundar o processo de acreditação da enfermagem como atividade profissional e possibilitou um combate ao exercício ilegal da enfermagem que se encontrava espalhado pelo país. A partir deste momento, com um prazo transitório de dois anos, só poderia exercer enfermagem quem possuísse um diploma de uma escola de enfermagem, incluindo as particulares, reconhecida oficialmente .

Ao longo do período que se situa entre as décadas de 40 e 70 do século XX, os candidatas/os a enfermeiras/os deviam possuir um conjunto de requisitos que permitiam a entrada nas escolas de enfermagem. Em primeiro lugar, destacamos os requisitos habilitacionais. Os candidatos à admissão nestas instituições escolares deviam possuir o 1º ciclo dos Liceus para frequentar o curso de Enfermagem Geral. No caso do curso de Auxiliares de Enfermagem, instituído em 1947, era exigida apenas a posse da instrução primária. Estas regras mantiveram-se durante duas décadas. Apenas a partir do início da década de 60 foram questionadas uma vez que constituíam um entrave ao desenvolvimento profissional do grupo. Em 1965, quando se reformulou o ensino da enfermagem através do Decreto nº 46448, de 20 de Julho, as habilitações literárias exigidas para o curso de Enfermagem Geral passaram a ser o 2º ciclo dos Liceus; e no curso de Auxiliares de Enfermagem, o 1º ciclo dos Liceus. A reforma de 1965 permitia um período de transição de 5 anos para a aplicação destas novas regras e exigências literárias.

Em termos gerais, foram estas as habilitações literárias que os candidatos deviam possuir para frequentar o curso de Enfermagem Geral ou o curso de Auxiliares de Enfermagem até ao final do Estado Novo. Este último curso deixaria de existir em meados da década de 70, passando a haver apenas um nível único de enfermeiros, muito embora se tenham criado cursos de promoção de enfermeiros que não ajudaram ao processo de reconhecimento socioprofissional desta atividade e do

próprio grupo. A década de 70 representou uma época de transição e de construção de novos entendimentos sobre a enfermagem e o seu valor enquanto Saber relacional.

No interior do Portugal Democrático discutiu-se a importância da valorização dos enfermeiros. Estes podiam ter um papel fundamental na construção de uma nova ideia de Estado que se pretendia implementar. Neste sentido, a Enfermagem foi mais valorizada e procurou através das suas escolas de formação estratégias de engrandecimento através do conhecimento mobilizado, mas também dos processos de recrutamento e seleção dos futuros enfermeiros. Assim, a partir de 1979, os candidatos à entrada nas escolas de enfermagem deviam possuir o curso complementar dos liceus. Apontava-se já a necessidade de elevar os requisitos habilitacionais uma vez que só deste modo se podia valorizar a atividade e permitir a integração da enfermagem no Sistema Educativo Nacional e, conseqüentemente, a sua integração no ensino superior.

Esta ambição acabaria por concretizar-se na década de 80, transformando as escolas de enfermagem em escolas superiores de enfermagem; e também integrando o Sistema Educativo (1986) e o ensino superior politécnico (1988). A partir daqui a entrada para o curso de Enfermagem só podia acontecer com um diploma do curso de ensino secundário correspondente ao 12º ano de escolaridade tornando o grupo e a atividade mais reconhecidos social e profissionalmente.

2. A validade física (décadas de 40 a 80 do século XX)

Do mesmo modo que havia necessidade de comprovar a conduta e o comportamento moral irrepreensível que o Estado Novo exigia aos candidatos a alunos de enfermagem, atribua-se relevo às qualidades físicas capazes de responder ao trabalho intensivo do grupo. Isabel d'Orey refere a este propósito que “poucas profissões há que tanto necessitem uma boa saúde como a de enfermeira” (Orey, 1937: 11). Na segunda metade do século XX é frequente encontrarmos na correspondência escolar circulares, provenientes da tutela, que apresentam as características que uma enfermeira deveria possuir e que, conseqüentemente, deviam ser avaliadas logo à entrada nas escolas. A título de exemplo, na Escola de Enfermagem de Castelo Branco, em 1967, um/a futuro/a enfermeiro/a não podia possuir “(...) estatura inferior a 1,50m para candidatos do sexo feminino e 1,55m para o masculino; falta de robustez física manifesta; pé chato; desvios da coluna vertebral ou dos membros comprometendo o seu valor funcional ou originando mau aspecto (...). Procurava-se construir fisicamente um perfil de enfermeiro/a exemplar para a sociedade potencializando a função simbólica atribuída pelo Estado a este grupo que tinha a ver com a dedicação desinteressada ao outro. Esta componente do processo de recrutamento era realizada no Estado Novo pelos médicos que compunham o corpo docente ou mesmo por um único médico designado para a tarefa pelo diretor da instituição. Na escola albicastrense, em 1948, encontrava-se prevista a existência de uma junta médica que possuía o poder de aceitar ou rejeitar candidatos à escola de enfermagem. As suas competências eram quatro: examinar os candidatos ao exame de aptidão e à matrícula na escola de enfermagem; vigiar o estado sanitário dos alunos; efetuar vacinações e requisitar os exames e análises convenientes e, por fim, verificar a doença dos alunos que “tenham dado parte de doente”. O seu papel era importante uma vez que a seleção das/os futuras/os enfermeiras/os passava pela apreciação do médico, diminuindo a autonomia dos próprias/os enfermeiras/os que não controlavam as entradas nas suas escolas.

A partir da década de 70 surgiram novos serviços aos alunos de natureza médica, curativa e de saúde escolar. Cada instituição deveria possuir um destes serviços de saúde de modo a “vigiar a saúde física e mental dos alunos, promovendo o necessário para a sua defesa, em relação com o esforço da aprendizagem”. No caso da Escola em análise continuou a persistir o mesmo sistema

apresentado anteriormente, uma vez que só em 1973 passou a ser considerada como escola oficial de enfermagem. Até aí era particular.

Na análise dos processos biográficos dos alunos da Escola de Castelo Branco encontramos vários registos médicos ou fichas clínicas que permitem objetivar o que dissemos até agora. Nesta escola vigoraram sobretudo três modelos de inquérito aplicados pelos médicos aos candidatos entre o final da década de 40 e os anos 80 da centúria de noventa. As fichas clínicas foram aprofundando o conhecimento sobre os candidatos procurando-se informações sobre o peso e a altura ou doenças infecto-contagiosas; doenças anteriores ao processo de candidatura ou, por exemplo, “antecedentes hereditários e colaterais”, o “sistema nervoso”, entre outros aspetos que podiam influenciar o bom desempenho da/o enfermeira/o (Henriques, 2012).

Podemos, portanto, considerar que as questões relacionadas com as qualidades físicas e a procura de “anormalidades” no corpo e alma dos candidatas/os a enfermeiras/os constituiu uma permanência no processo de recrutamento dos enfermeiros portugueses entre o Estado Novo e o Portugal Democrático, revelando-se o poder exercido sobre o grupo dos enfermeiros pelos médicos, orientados por normativas do próprio Estado, pelo menos até à década de 80 da centúria passada.

3. Exames de Aptidão, Comissões de Integração Escolar e DICOVE

A entrada nas escolas de enfermagem, no período do Estado Novo, constituía um momento preparatório para um ensino intensivo, moralizador, submisso e pouco reconhecido pela sociedade. Um dos aspetos que mais contribuiu para essa falta de reconhecimento social e profissional foi a entrada nos cursos de enfermagem com habilitações literárias baixas. Para contrariar este problema criou-se o Exame de Aptidão cujo objetivo principal era averiguar as capacidades intelectuais e/ou culturais dos candidatos. Desde a década de 40 que os Exames de Aptidão se realizaram nas Escolas de Enfermagem. A sua composição dizia respeito a matérias dos programas escolares do 1º ciclo do ensino liceal ou, para o caso dos Auxiliares de Enfermagem, da instrução primária. Os exames ajudavam a selecionar, ordenar e classificar de uma forma mais concreta aquelas/es que pretendiam ser enfermeiras/os (Scott, 2007). Este dispositivo de seleção dos candidatos foi uma realidade durante várias décadas, tendo sido extinto no princípio dos anos 70.

No estatuto fundador da escola albicastrense (1948) encontramos referência aos exames de aptidão. Este documento descreve de forma sumária como decorria o processo de publicitação dos exames. Numa primeira fase os exames eram tornados públicos, durante o mês de agosto, através de um edital, onde deveria constar o programa dos exames, lavrado pela secretaria da instituição escolar. Os programas dos exames eram sugeridos pelo Ministério do Interior, mais tarde pelo Ministério da Saúde e Assistência, devendo ser submetidos obrigatoriamente as propostas de programas provenientes das instituições escolares à apreciação do Subsecretariado da Assistência que designaria, em caso de necessidade, um inspetor de saúde ou de assistência para presidir aos exames. Evidencia-se a presença constante e ativa do Estado.

Em 1952 percebe-se, claramente, que a existência destes exames só se justificava pelas baixas habilitações literárias dos candidatos uma vez que aqueles que possuísem o segundo ciclo dos liceus, para o curso de enfermagem geral, eram dispensados da realização deste exame de aptidão.

O Estado encontra-se sempre presente nos processos de recrutamento dos candidatos a alunos de enfermagem. Organiza todo o processo e faz-se representar por um inspetor nos locais onde eram realizados os exames. Como referimos atrás, os exames de aptidão deixaram de realizar-se no início da década de 70.

Efetivamente a década de 70 constituiu um momento de transição, transformação e de novos entendimentos sobre a enfermagem e os seus processos de recrutamento. Quebrava-se a lógica minimalista de recrutamento para se imporem gradualmente novas formas de pensar a integração dos alunos nas escolas de enfermagem, fruto da influência das ciências sociais, humanas e comportamentais.

O regulamento das escolas de enfermagem, conseqüente à portaria que referimos, colocava a questão da seleção dos futuros alunos numa perspetiva psicológica muito mais vincada, face ao entendimento moral e físico da época anterior. Este regulamento foi de uma enorme importância uma vez que algumas das suas considerações atravessaram a própria queda do regime político do Estado Novo e chegaram aos anos 90 do século XX (Silva, 2008: 326). Com este documento legal passou-se a considerar mais a importância dos processos de integração e orientação profissional do que os fatores eliminatórios do período descritos atrás. Para o efeito, foram criadas as Comissões de Integração Escolar cujas competências passavam principalmente pelo incentivo à autonomia do próprio aluno e pela orientação profissional e académica.

A Revolução de 1974 trouxe alguma confusão no que respeita aos processos de recrutamento dos candidatos. Segundo Ana Isabel Silva, nesta altura (1976) reuniram um conjunto de organizações sindicais que discutiram os processos de seleção. O que verificamos foi, na verdade, uma opção, no caso de Castelo Branco, pela entrevista. Este dispositivo permitia colocar nas escolas candidatos cuja proximidade geográfica era enaltecida como forma de evitar gastos com bolsas de estudo (Silva, 2008: 335).

No entanto procuravam-se superar as debilidades dos processos de recrutamento. Gostaríamos de evidenciar o projeto DICOVE. Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, na segunda metade da década de 70, e publicado em 1986, foi um projeto de investigação, diagnóstico e aconselhamento vocacional que consistiu num estudo nacional sobre esta temática. Este trabalho tinha como objetivo fornecer orientações às escolas de enfermagem no sentido de apurarem os seus processos de seleção dos indivíduos mais aptos à exigência daquela atividade profissional. No entanto, estas investigações acabaram por não surtir os efeitos esperados uma vez que ao longo da década de 80 foi ganhando força a possibilidade de integração da enfermagem no Sistema Educativo Nacional e, conseqüentemente, no ensino superior politécnico português, concretizando-se em 1988.

4. A formação de Enfermeira/os: do Estado Novo ao Portugal Democrático

Os processos formativos das/os enfermeiras/os podem ser divididos em duas partes distintas. A primeira parte até a meados dos anos 60, do século XX; e a segunda parte, a partir da reforma de 1965 até ao final da década de 80. A primeira fase é caracterizada por uma formação escolar intensa, pesada, pouco reconhecida social e profissionalmente, que assumia como desígnio uma moral profissional, fruto da influência do Estado e da própria Igreja.

Na década de 50, a formação de enfermeiras era caracterizada pela presença maioritária de conhecimentos médicos nos currículos e nas escolas de enfermagem onde os alunos estudavam. Este domínio médico impedia o desenvolvimento profissional do grupo e o reconhecimento social do mesmo. Maria Augusta Magalhães é clara quando caracteriza o tipo de formação em enfermagem deste tempo “Nós dizíamos as coisas e as alunas obedeciam cegamente” (Entrevista realizada a Maria Magalhães, pp. 4).

A formação era intensa, preparando principalmente “Auxiliares dos Médicos” que deviam saber executar tarefas sem colocar em causa as mesmas ou refletir sobre a sua importância. Esta ideia é

confirmada por Maria Alice Barata Garcia que é perentória quando define o enfermeiro no Estado Novo e diz que este “era como um certo empregado do médico” (Entrevista realizada a Maria Garcia, pp. 1).

A entrada na década de 60 trouxe algumas novidades, nomeadamente a discussão sobre formas de valorização da enfermagem. O caminho apontado foi o da formação. Uma formação que olhava mais para a importância das técnicas da enfermagem, para uma articulação maior entre teoria e prática e uma formação onde as/os enfermeiras/os passavam a controlar as entradas no grupo e a dirigir as suas próprias instituições escolares, assim como a monopolizar os saberes que pretendiam utilizar e estudar. Muito relevante para o processo de profissionalização da enfermagem foi também o facto de a enfermagem passar a olhar para o Ser Humano como o centro dos seus interesses. O Homem devia ser interpretado como um todo e não como um aglomerado de partes que se tratavam distintamente. De acordo com Ismael Martins o que importava era adaptar o enfermeiro às condições do Ser Humano e isso observava-se através do “respeito pela pessoa, a aceitação da pessoa como ela é, em todas as vertentes, quer nas suas ideias, na sua religião, nos seus valores, etc...” (Entrevista realizada a Ismael Martins, pp.5).

Na Escola de Enfermagem de Castelo Branco esta era uma realidade que se evidenciou nos processos formativos, ao longo da década de 60, antecipando muito do que haveria de ser proposto anos mais tarde na reforma do ensino da enfermagem de 1965.

A segunda fase que identificamos, é precisamente a consolidação daquilo que, em termos gerais, a reforma de 1965 propusera. A formação de enfermeiros, neste período, afastou-se definitivamente da submissão médica e procurou constituir-se como um domínio profissional próprio a que chamou de cuidados de enfermagem. Este domínio profissional emergiu de um conjunto de saberes relacionados com a saúde, as ciências sociais, humanas e comportamentais e também do próprio interesse dos atores educativos na projeção da atividade junto da Sociedade e do Estado. Ismael Martins refere-se à importância da Psicologia nos processos de formação dos seus alunos e na sua aposta pessoal, enquanto diretor da Escola de Enfermagem de Castelo Branco/dr. Lopes Dias, neste Saber:

“ (...) como nós pensávamos principalmente no Ser Humano, a pessoa humana em todas as suas vertentes, em todas as suas idades e etapas da vida (...) achávamos que a psicologia, também a sociologia, mas principalmente a psicologia era uma disciplina base. Foi uma das minhas grandes preocupações em convidar psicólogos para virem dar as aulas (Entrevista realizada a Ismael Martins, pp. 15)

Este excerto é elucidativo quanto à importância que as Ciências Sociais, Humanas e Comportamentais tiveram no desenvolvimento profissional da enfermagem portuguesa. Possibilitaram a aquisição de novos métodos e técnicas que permitiram aprofundar o conhecimento sobre o seu objeto de estudo, que era o próprio Ser Humano, na globalidade. Uma vez que, segundo Ismael Martins, “a finalidade do homem é ser feliz e as situações de doença são situações transitórias, tanto mais transitórias quanto desejável, e a missão fundamental do enfermeiro é ajudar a pessoa a superar essa crise” (Entrevista realizada a Ismael Martins, pp. 16).

A partir da década de 70 a enfermagem desenvolveu-se profissionalmente no sentido de promover a sua autonomia, apresentando-se como uma atividade profissional relacional, como um saber de fronteira próprio e emergente de um conjunto de saberes que soube cruzar, capaz de produzir as suas soluções para os problemas sociais. Tudo isto a acrescentar ao caminho estratégico seguido

pelo grupo no sentido de adquirir o estatuto de curso superior, o que veio a acontecer em 1988 com a integração no ensino superior politécnico.

Considerações finais

Um domínio profissional que se pretende forte e reconhecido procura controlar a entrada dos candidatos aos seus grupos, consolidados ou em emergência. É no interior deste processo de acreditação dos indivíduos que as escolas assumem centralidade, uma vez que o seu papel é muito relevante na construção da identidade profissional do grupo. O credencialismo apresenta-se como uma fonte de poder profissional capaz de selecionar, classificar e ordenar os candidatos a enfermeira/o.

Entre as décadas de 40 e 80 da centúria de novecentos verificamos que os processos de recrutamento de candidatas/os a enfermeiras/os alteraram-se em alguns aspetos, como a questão da exigência estadonovista do comportamento moral irrepreensível; evoluíram noutros, de que é exemplo a crescente exigência das habilitações literárias no arco temporal identificado; e, assumiram permanências, independentes dos processos revolucionários da década de 70, que têm a ver com a procura de candidatas/os que respondessem a um conjunto alargado de qualidades físicas. O Estado assumiu um papel de intervenção na construção identitária da enfermagem portuguesa influenciando os processos de recrutamento e a formação dos enfermeiros.

No que respeita à formação das/os enfermeiras/os decorreu um processo de transformação de uma enfermagem submissa nas décadas de 40 e 50 para uma enfermagem em emergência e consolidação a partir da reforma do ensino da enfermagem de 1965 onde se propunha que a enfermagem já fosse entendida como uma “ciência”, objetivo pelo qual sempre lutou até alcançar o estatuto de especialista em cuidados de enfermagem. Em suma, a História da Educação não pode deixar de olhar para as relações que se podem estabelecer entre os processos formativos e a construção de identidades profissionais. Este é um caminho possível capaz de reforçar a importância do domínio científico.

Referências

- Abbott, Andrew (1988), *The System of Professions – an Essay on the Division of Expert Labor*, Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Abreu, Wilson Correia de (2001), *Identidade, Formação e Trabalho – Das Culturas Locais às Estratégias Identitárias dos Enfermeiros*, Coimbra/Lisboa: Formasau/Educa.
- Amendoeira, José (2006), *Uma Biografia Partilhada da Enfermagem: A Segunda Metade do Século XX*, Coimbra: Formasau.
- Canário, Rui, “Formação profissional: problemas e perspectivas de futuro”. *Forum*, nº 27, Jan-Jun, 2000, pp. 137.
- Escobar, Lucília (2004), *O Sexo das Profissões – Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*, Col. Biblioteca das Ciências Sociais, Porto: Edições Afrontamento.
- Felgueiras, Margarida Louro (2006), *História da Educação em Portugal: Instituições, Materiais, Práticas e Representações. Relatório da disciplina do Mestrado em Educação e Herança Cultural apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto*.
- Freidson, Eliot (1986), *Professional Powers: A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*, Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Henriques, Helder Manuel Guerra (2012), *Formação, Sociedade e Identidade Profissional dos Enfermeiros: A Escola de Enfermagem de Castelo Branco (1948-1988)*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Hughes, Everett C. (1981), *Men and Their Work*, 2ª ed., Westport, Connecticut, Greenwood Press (1ª ed. 1958).
- Macdonald, Keith (1999), *The Sociology of the Professions*, 2ª ed., London/Thousand Oaks/ New Delhi: Sage.

- Orey, Isabel e Albuquerque (1937), *Moral Profissional da Enfermeira*, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora.
- Rebello, Mário Sarmiento (relator) (1986) *Relatório Final – Projecto de Investigação, Diagnóstico e Aconselhamento Vocacional (Dicove)*, Departamento de Ensino de Enfermagem.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (2002), *Sociologia das Profissões*, 2ª ed., Oeiras: Celta Editora.
- Scott, Jonh (2007), “Power, Domination and Stratification – Towards a conceptual synthesis”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 55, pp. 25-39.
- Silva Ana Isabel (2008), *A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Soares Maria Isabel (1997), *Da Blusa de Brim à Touca Branca – Contributo para a História do Ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950)*, Lisboa: Educa/Associação Portuguesa de Enfermeiros.